

A CONSTRUÇÃO DA UFN III EM TRÊS LAGOAS-MS: NO RASTRO DO FETICHE DA TERRA DE GIGANTES

LA CONSTRUCCIÓN DE LA UFN III EN TRÊS LAGOAS- MS: EN LO RASTRO DEL FETICHE DE LA TIERRA DE GIGANTES

Júlio César Ribeiro
jcezarr@zjpmail.com.br

RESUMO

Três Lagoas tem atraído uma gama de empresas de grande porte nos últimos anos. Atualmente, chama atenção a construção da UFN III, que, dizem, representará um marco ao país na questão da “segurança alimentar”, reduzindo a necessidade de importação de insumos, aumentando o emprego, a renda e os PIBs, em todas as esferas. O lado negativo dos passos dos gigantes é geralmente camuflado, como a exploração dos trabalhadores, a negligência dos direitos trabalhistas e a piora da qualidade da vida das populações local e regional (sujeitas a vazamentos de efluentes) e, até, brasileira e mundial (com a quimização do agronegócio que nutre e mata). Para desacelerar a bestialidade da realização do capital: as paralisações trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: industrialização, segurança alimentar, segurança às *commodities*, greve.

RESUMEN: Três Lagoas ha atraído una gama de empresas de grande porte en los últimos años. Actualmente, llama atención la construcción de la UFN III, que, dicen, representará un hito en el país sobre la cuestión de la “seguridad alimentar”, reduciendo la necesidad de importación de insumos, extendiendo el empleo, la renta y el PIBs, en todas las esferas. El lado negativo de los pasos de los gigantes son comúnmente encubiertos, como la explotación de la fuerza de trabajo, el abandono de los derechos de los trabajadores y la deterioración de la calidad de vida de las poblaciones locales y regionales (sujetas a los vaciamientos de los efluentes) y del Brasil y mundial (con la quimización del agronegocio que nutre y mata). Para reducir la velocidad de la bestialidad de realización capitalista: paralizaciones de trabajadores.

PALABRAS CLAVE: industrialización, seguridad alimentar, seguridad para las *commodities*, huelgas.

INTRODUÇÃO

Após a chegada dos titãs dos setores de celulose e papel, e passados seis anos de estudos quanto à escolha do local apropriado para a instalação da companhia, iniciou-se a construção da maior Unidade de Fertilizantes Nitrogenados da América Latina, no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Conhecida como UFN III, a companhia tem por

objetivo diminuir a dependência do país aos insumos importados¹ e ampliar a produtividade agrícola, para que seja alcançada, nas palavras dos emissários da Petrobras, a tão almejada “segurança alimentar para o País”² (JUSBRASIL, 16/10/2010; CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 21/12/2010).

Do ponto de vista econômico, tal qual a instalação da agroindústria celulósica da Fibria, o prognóstico é de que a entrada em operação da unidade local multiplique por três o PIB municipal em apenas quatro anos, crescendo o estadual em 3% (CORREIO DO ESTADO, 14/8/2013; JUSBRASIL, 16/10/2010). Espera-se, também, o implante de um leque de fábricas vinculado ao setor nas propinquidades da UFN III, como, por exemplo, a de mistura de fertilizantes³. Vale registrar que o acréscimo de recursos aos cofres municipais não é suficiente para abonar, aprioristicamente, melhoras na qualidade de vida da população, pelo viés concentrador que o excedente encorpa no regime vigente, entre inúmeras variáveis cujas idiosincrasias atinam à própria ontologia do ser social. No geral, as instalações econômicas configuram-se à maioria da população como “indústrias de gerar pobreza”, devido à superconcentração de recursos econômicos e de equipamentos urbanos que encarecem, sobremaneira, o custo de vida (RIBEIRO, 2012). Além disso, fomentam outras misérias mais nos ambientes terrestre, aquático e atmosférico, que poderão ser afetados em incidentes que envolvam falhas técnicas e humanas na contenção e trato dos efluentes por parte da “empresa core” ou daquelas que forem solevadas em terrenos adjacentes.

Nessa nova “terra de gigantes”, cedo abrolharam as desavenças intracapitalistas, como o repúdio da Fibria de que os dutos da UFN atravessassem a sua propriedade, com a justificação de que as raízes dos eucaliptos poderiam corrompê-los e causar o despejo de substâncias insalubres nos solos e lençóis freáticos. Celeuma interempresas depressa abafada pela estatal, que aventou alterar o traçado dos dutos com os novos estudos encetados.

O gigantismo do negócio é igualmente notado nas peças, como o condensador de amônia e os reatores de amônia e ureia, importadas da China e transportadas para o interior do continente por artérias fluviais, após terem penetrado por Mar del Prata até galgar o

¹ Na opinião de um senador eleito por MS, a criação da companhia porá “fim às manobras de preços de três ou quatro empresas que fazem o que bem entendem com o mercado” (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 1/3/2014), tendo em conta que o Brasil ocupa, atualmente, a quarta posição entre os maiores importadores de fertilizantes do mundo, atrás apenas de EUA, China e Índia (PORTAL BRASIL, 16/3/2011).

² A estatal que capitania o empreendimento tenciona inaugurar a UFN IV em Linhares/ES, para a elaboração de ureia e metanol e a UFN V em Uberaba/MG para fabricar amônia, com investimentos que contabilizam US\$ 5 bi (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 21/12/2010). Juntas, as UFNs responderão a todo o mercado nacional de amônia e 71% do de ureia (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/2/2011).

³ A propaganda adocicada chegou antes, assegurando que a unidade da Bahia, por exemplo, atraiu 34 empresas (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 21/12/2010). A envergadura do empreendimento burguês impressiona, como os potenciais estragos socioambientais. Vejam o caso da explosão do depósito de fertilizantes catarinense em set./2013 e o movimento da massa de ar química para o norte (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/9/2013).

Paraná, que margeia o município três-lagoense⁴. Do mesmo modo, espanta o consumo horário de gás natural e água (da ordem de 2.260.000 m³ e 900 m³, respectivamente); sem contar a tenção de a água utilizada provir do aquífero Santo Anastácio e não do Rio Paraná, como era esperado.

A unidade local (MS) será a terceira do gênero pertencente à estatal, estando as demais Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFENs) sediadas em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE).

O fato é que, estudos econômicos realizados (logística, custos, incentivos etc.) e concorrência interestadual vencida contra pelo menos dez outras unidades da federação (MS RECORD, 15/6/2013), partiu-se à solicitação da Licença Prévia (LP) à operação da fábrica de Três Lagoas, sendo ela remetida ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), em 9 de agosto de 2010 (CAPITAL NEWS, 23/2/2011), com a entrega da autorização do governador aos representantes empresariais sendo expedida em 16 de novembro do mesmo ano (idem, 16/11/2010), após a consumação dos estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA) e a realização das tão conhecidas Audiências Públicas que, costumeiramente, dão célere eco político aos entoadores do berro econômico.

Atropeladamente, foi acatada a viabilidade ambiental para o projeto agroquímico pelas, assim avaliadas, vantajosas propriedades físicas do terreno (morfologia, hidrologia etc.), conforme registros na LP, com a outorga abalizada pela confiança na rápida resolução de eventuais impactos ambientais negativos, como os atinentes aos efluentes.

Daí em diante, partiu-se à caça da Licença de Instalação (LI), que, obviamente, veio.

A construção principiou em maio de 2012 e o projeto estima que a unidade sul-mato-grossense produza, anualmente, 1,2 milhão de toneladas de ureia destinada integralmente ao mercado doméstico (dobrando a produção nacional) e 761 mil toneladas de amônia (destas, 680 mil serão aproveitadas no processo produtivo da ureia e as 81 mil restantes serão comercializadas). A dependência à ureia estrangeira cairia, dessa feita, de 66 para 39%, em um mercado interno de consumo calculado em 4 milhões de ton./ano⁵.

Como ocorrera com as agroindústrias celulótico-papeleiras da Fibria e Eldorado, a UFN (MS) auferiu financiamento do PAC 2⁶, junto aos cofres do BNDES, além de se

⁴ O reator de amônia pesa 761 ton. e tem 40 m. de comprimento e 6,4 m. de altura, enquanto o de ureia possui 370 ton., 27 m. de comprimento e 5,2 m. de altura. Foi necessária uma complexa operação para transpor os 120 m. de desnível do Rio Paraná com o reservatório de Itaipu, como o desligamento de fios de alta tensão (CGN, 13/8/2013).

⁵ Pela pesquisa empreendida, e apesar dos desencontros numéricos, confiamos nos dados apresentados sobre os insumos e a reviravolta que a unidade representará ao país (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/2/2011).

⁶ Os números são controversos também nessa seara (PERFIL NEWS, 11/2/2011; REVISTA EXAME, 19/12/2012), talvez por razões de cronograma, inflação ou variação cambial. Há, no entanto, uma tendência em

comprazer com desobrigações fiscais em todas as instâncias governamentais, como as isenções que se estendem do ISS (Imposto Sobre Serviços, enquanto perdurar a constituição das estruturas físicas) ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano, por longos 25 anos). Tudo para entranhar o município no regime especial de incentivos para o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera na região Centro-Oeste (PERFIL NEWS, 11/2/2011; CAPITAL NEWS, 12/4/2011). Seduziu também a Petrobras, além das facilidades anunciadas, a doação de um terreno de 556 ha próximo a MS-395 (que liga Três Lagoas a Brasilândia), entre os rios Moeda e Verde, pelos poderes públicos municipal (que injetou R\$ 980 mil) e estadual (que dispendeu R\$ 5 milhões da receita pública), para servir de sede ao novo distrito industrial (JUSBRASIL, 16/10/2010).

A construção deslanchou oficialmente em setembro de 2011, após a diretora de Gás & Energia da Petrobras, Maria da Graça Silva Foster, visitar o município para ratificar o convênio responsável pela qualificação de jovens⁷ e para assegurar a ininterruptão do orçamento à engenharia e treinamento de pessoal, para que os prazos e metas sejam respeitados.

Outros quesitos observados concerniram à localização do empreendimento, adjunto ao Gasoduto Brasil-Bolívia (3 km), a modais de transporte rodoviário (1 km), ferroviário (5 km) e hidroviário (9 km) e por situar-se dentro do raio geográfico de consumo alvo dos fertilizantes: o interior de São Paulo, o norte do Paraná, sul e sudoeste de Goiás e estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (REVISTA EXAME, 19/12/2012).

Já a responsabilidade inicial pela edificação coube ao consórcio consolidado entre as empresas GDK, Galvão Engenharia e Sinopec (a estatal chinesa que tem firmado parceria estratégica com o governo brasileiro em vários empreendimentos).

Facilidades na mesa e acordos fixados, passou-se à operacionalização da obra, basicamente à terraplanagem e drenagem do terreno. Tarefas que abarcaram a 250 funcionários e que só findaram em março de 2012.

A partir daí iniciou-se a construção estrutural, que incrementou substancialmente o contingente de trabalhadores, a ponto de o número de contratados superar os 5 mil no ano de 2013.

unanimizar os valores na casa dos R\$ 3,5 bi (CAPITAL NEWS, 30/3/2010; CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 21/12/2010; AGORA CAMPO GRANDE, 13/8/2011; JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 1/3/2014).

⁷ A Petrobras acionou o Plano Nacional de Qualificação Profissional para a Indústria do Petróleo e Gás Natural (Promimp) para qualificar 6 mil pessoas, selando parcerias paralelas com instituições nacionais que prestam serviços de aprendizagem à indústria (SENAI) e comércio (SENAC) e que apoiam também as micro e pequenas empresas (SEBRAE); sem contar a aproximação com as instituições locais que agem na seara do meio ambiente, agronegócio, ciência e tecnologia (SEMAT).

Para chegar a esse estágio, foi empenhado antes o clássico discurso de valorização da mão de obra local, propaganda que qualquer politiquês profissional conhece de cor, para controlar, em tese, a imigração desregrada e ventilar a ideologia da preocupação com a incorporação dos municípes nas 2.053 vagas da área da construção civil e 2.443 da montagem eletromecânica (AGORA CAMPO GRANDE, 13/8/2011). A prática inversa, no entanto, era já aguardada. Não surpreende, por isso, a informação de que a unidade, após seu término, gerará somente 505 empregos diretos e outros 1,5 mil indiretos. Ou seja, completada a obra, apenas 10% do cômputo inicialmente envolvido regozijar-se-á com a estabilidade empregatícia e é pouco provável que a totalidade do montante pertença originariamente à região, especialmente o segmento de maior qualificação.

O fato é que o perfume do “progresso” rápido seca e as trapaças e imundícies do mundo do trabalho abstrato tomam o município de assalto antes que a empresa sequer possa operar comercialmente.

O termômetro das greves, a guisa de exemplo, evidencia que a temperatura da exploração trabalhista é maior do que querem diagnosticar os apologistas do dito “desenvolvimento”⁸, criando uma atmosfera de antagonismos que rompe os limites do município e sacode a capital do estado, seguindo além, emaranhando-se na fiação da rede sindical e em outras modalidades de comunicação socioespacial.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E TERRITORIAIS DAS GREVES NA UFN

III

O conflito capital/trabalho, em suas expressões grevista ou latente, é um fenômeno por demais corriqueiro, dado que, com maior ou menor tensão, os conteúdos confrontativo e dissidente das classes integram a coespacialidade metabólica do capital.

Notemos, a propósito, que não correu muito tempo, desde a primeira arregimentação de trabalhadores, para que as contradições sentidas pelos obreiros ganhassem eco no espaço

⁸ Há novos ensaios na academia sobre o desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo brasileiro. Para nós, o fenômeno não passa de um *pseudoneodesenvolvimentismo* ou, no máximo, de um *desenvolvimentismo rasteiro*, quer pela incapacidade de igualar-se ao *Welfare State* dos países centrais, de orientação keynesiana, portanto, exceção regulacionista à perversão sistêmica e ontológica do capital, quer pela impossibilidade de engatar uma reprodução autossustentada da economia, altamente viciada por invencionices que se espraiam da reformulação, para baixo, da noção de “classe média”, a bolsas e auxílios governamentais, como diminuição de impostos (IPI) e contração da tributação à alta burguesia, para principiarmos o debate. Uma das principais causas ao atoleiro econômico nacional é a dependência ao capital externo e volátil, que dilata as dívidas do Tesouro e retrai investimentos, mormente os de semblante industrializante, com vistas a se garantir, a todo custo, o superávit que salda os juros e faz girar a ciranda da agiotagem (RIBEIRO, 2014).

social gerido pelo capital. Comprovam-nas as paralisações trabalhistas que salpicaram nos noticiários, na primeira metade de 2012.

Assim, se a terraplanagem e a drenagem do terreno findaram em março de 2012, a empresa conheceu a sua primeira greve no abril subsequente. As razões do aborrecimento remetiam à soma atribuída ao vale alimentação e ao rendimento salarial, comparativamente inferiores às médias verificadas no mercado local de trabalho, remissivas a outras transnacionais. O resultado granjeado com as lutas foi o acréscimo salarial em 9%, além da conquista de pisos remuneratórios para o ajudante e o “oficial” da construção civil, de R\$ 872,00 e R\$ 1.117,20, pela ordem (igualando, para efeito de ilustração, aos vencimentos dos funcionários da Eldorado, a maior fábrica de celulose de fibra curta branqueada, no mundo, em linha única, instalada no município). Outros frutos colhidos aludiam ao aumento inicial de R\$ 70,00 para R\$ 200,00 no vale alimentação (com vigência de 1/5/12 a 31/7 do mesmo ano), a ser estendido posteriormente para R\$ 220,00 (em 1/8/12), em meio a “compromissos” de realização de conversações futuras (*sic!*) sobre elementos que ainda aturdiavam aos grevistas, como os pertinentes à folga de campo e às horas *in itinere* (FORÇA SINDICAL, 23/4/2012).

Enviesados por uma postura *soft*, cortês e cooperativa para com o capital, as entidades sindicais não se atrevem a colocar esses assuntos na mesa de debate, cientes que a empresa prefere que os descontentes, tendo tempo e energia, persigam tais direitos no corredor juslaborativo, conveniente e sabidamente esburacado e mal sinalizado, a depender da classe e interesse em litígio.

Salta à vista, portanto, a estratégia burguesa de principiar contratos em patamares inferiores aos de outras companhias, aproveitando o desconhecimento dos migrantes sobre as condições de trabalho e a concretude do custo de vida na localidade que os aguarda (encetando a contratação com vale alimentação pífio, de R\$ 70,00). Inclusive, por anteverem que a primeira paralisação dificilmente acolherá a completude das solicitações, conferindo maior tempo de manobra aos escudeiros da classe patronal, que contam com uma rede sindical cordial e um arsenal de medidas intimidativas, que incluem a atuação de policiais como seguranças privados.

Menos de um ano depois, conforme o Sintracom (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Campo Grande-MS), 3,5 mil funcionários cruzaram novamente os braços em 15 de janeiro de 2013, antes da data legal preceituada às negociações. Na ocasião, para descortinar o ferrolho da coligação hegemônica, os empregados

se opuseram à intervenção dos sindicatos locais⁹: o Sintricom (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil Leve) e o Sintiespav (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil Pesada), sob a alegação de terem abdicado, durante três meses seguidos, da obrigação de apurar as denúncias sobre as contravenções a direitos, padrões e compromissos salariais e condições dos sítios de trabalho e repouso, e decidiram, então, diante da inércia, encaminhar os reclamos para os âmbitos da Contricom (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira) e da Fetricom (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mato Grosso do Sul).

Por orientação do desembargador da justiça do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª região, em Campo Grande, os grevistas, assaz contrariados, resolveram acatar a intermediação das entidades sindicais sediadas no município. Na cartilha das vindicações, redigida pelos moderadores do Sintricom e do Sintiespav e por uma comissão autônoma de trabalhadores e entregue ao consórcio encarregado pelo empreendimento, constavam: a antecipação do reajuste salarial, pagamento das horas *in itinere*, exigência de retribuição de 100% das horas extras nos fins de semana e feriados e de 75% durante a semana, alongamento da folga de campo à visitação de familiares, melhoria nas condições de trabalho e nos alojamentos e o aditamento do *quantum* do vale alimentação¹⁰.

A relutância da empresa em atendê-los, não constituiu novidade, derivou tanto da lei econômica concentracionista como da lógica política acordada pelo coletivo, que jogava a renegociação para abril de 2013, respeitante à data base da categoria¹¹.

A greve chegou ao final com a adição de R\$ 30,00 no cartão alimentação (alterado de R\$ 220,00 para R\$ 250,00), com a afirmativa de que não seria integralmente negado, como punição, no caso de o trabalhador faltar um único dia ao trabalho, como arbitrariamente sucedia. Aos salários, outra vez, conforme relatos vastamente propalados pela imprensa, foram prescritos pisos de R\$ 872,00 para ajudante e R\$ 1.177,20 para “oficial”. Foram firmadas também, por parte da cúpula empresarial, novas *promessas* de melhoramento da infraestrutura dos alojamentos, aspirando a resolução de problemas de fiação exposta, iluminação e ventilação inadequadas, falta de higiene e de abastecimento de água e oferta de mais e melhores antenas de telefonia na área, como disponibilização de ônibus de hora em hora para

⁹ Motivadas pelo eixo ideológico que assumem, pelas contribuições sindicais ou quaisquer outros veios de interesses, as desavenças sindicais locais receberam a aproximação de: RIBEIRO, 2012.

¹⁰ Os trabalhadores conseguiram que o vale alimentação passasse de R\$ 220,00 para R\$ 250,00 (CUT, 28/1/2013). Alguns pontos foram atendidos, outros, já o sabiam, jamais seriam (caso das horas perdidas no itinerário entre o alojamento e o locus da obra).

¹¹ Sobrando tempo e interesse, confira a resposta padrão de “esclarecimento” da empresa em: PERFIL NEWS, 18/1/2013.

o traslado à cidade e não apenas no dia do pagamento (CUT, 28/1/2013). Como de costume, a maioria das palavras não saltou a raia da promessa.

De modo geral, as razões às interrupções dos construtores concernem à abusiva exploração exercida pela classe patronal, que se aproveita da ignorância momentânea dos aliciados no que se refere às condições de vida e trabalho. Mas não só isso, fazem chacota da ausência de conhecimento dos imigrantes sobre as distâncias reais do alojamento e do sítio de obras para com o centro citadino, falseadas já por ocasião do contrato do consórcio com a Petrobras, segundo externaram os veículos de comunicação. Habitualmente baixos, os salários são programados para ganharem complementações paulatinas e, atrelado a isso, inúmeros benefícios a que têm direito são indisfarçadamente renegados (horas extras, *in itinere* etc.). Isso tudo sem mencionar que a maior parte dos compromissos endossados em greves precedentes é esquecida (como as precocemente divulgadas pelos locutores da greve “vitoriosa”), justificando novas paralisações antes mesmo do prazo legislado à negociação.

O cenário, uma vez rebentados ganhos na mesa da negociação por força das paralisações e das precariedades que as movem, favorece o regozijo de parcela de líderes sindicais que atuam sempre a reboque, com o intuito de retocar a efígie da solidariedade interclassista.

Até maio de 2014, por conta dos jogos de cena, foram contabilizadas três greves na empresa.

Na última, explodida em 17 de junho de 2013, depois da vã tentativa de resolução do episódio pelo TRT – que exigiu, em menos de 48 horas após a deflagração, o pronto retorno dos manifestantes ao canteiro de obras sob a ameaça de pagamento de multa diária de R\$ 50 mil, devendo, ainda, aguardar o agendamento de uma reunião entre as partes –, o desagrado ganhou densidade com a frustração econômica e jurídica dos trabalhadores ante o desenrolar dos fatos. Em meio às ameaças, a primeira tática adotada foi retornar ao trabalho sob o molde “operação tartaruga” e, depois, reanimando-se em meio ao processo, rebentaram a greve a olhos nus, sem disfarces ou temeridades. Os motivos são antigos e acenam a itens do acordo coletivo firmado no março anterior no TRT, descumpridos pela empresa, alusivos ao não pagamento de benefícios, à falta de reajuste salarial (que foi escalonado e esfarelado), à persistência da péssima alimentação, ao baixo preço do vale alimentação (de R\$ 250,00, sob a promessa de que seria dobrado), à precariedade estrutural (faltavam ventilação, sanitários em quantidade e qualidade adequadas e abundavam problemas de infiltração) e à distância do alojamento-comodato (cerca de três dezenas de quilômetros do centro urbano, no “meio do mato”, não obstante o anseio manifesto por alojamentos na malha urbana, ou de que, pelo

menos, fossem disponibilizadas as instalações da Fazendinha, outrora pousada dos funcionários da Eldorado), ausência de uma contundente representação sindical, ínfima cobertura do plano de saúde, dificultamento da comunicação familiar (faltam mais e melhores adequações dos sinais de torres de telefonia celular e folga de campo para visita dos entes queridos, a cada 60, e não 90 dias, como sucedia. Verificaram-se, além disso, problemas com os depósitos remuneratórios prometidos pela empresa, referentes à folga de campo), desvios de função laborativa, descontos abusivos nos dias de trabalho (sábados e domingos) durante o período de folga, assédio trabalhista e presença de seguranças armados com o objetivo específico de intimidá-los (BOLSÃO MS, 20/6/2013; HOJE MAIS, 26/6/2013; CAPITAL NEWS, 2/7/2013; JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 4/7/2013).

Prontamente, para mensurar a temperatura da massa e retaliar o movimento, mirando especialmente os mais agitados, a empresa ordenou que fosse suspenso o vale alimentação e procrastinado o pagamento. (Era possível visualizar filas imensas de empregados desapontados e até enfurecidos em frente à instituição bancária, no coração da cidade, ante a negativa do pagamento.)

O apogeu da tensão ocorreu quando os ditos “exaltados” atearam fogo no ônibus da empresa terceirizada Breda e no veículo que transportava água para os trabalhadores no alojamento-comodato (construído para abrigar 1,5 mil pessoas), repetindo a atitude incendiária no refeitório (considerado pequeno, além de palco de indigna alimentação, para atender ao contingente de funcionários) e também nos colchões dos dormitórios, que tiveram, além disso, quebradas portas e janelas.

Na sequência, contrariada com os termos acordados entre o TRT e o sindicato, feito à “canetada”, mais da metade dos grevistas dirigiu-se para a BR-158, bloqueando-a em ambos os sentidos com madeiras retiradas de placas de sinalização, manejadas para acender fogueiras no meio da pista, atitude essa que provocou engarrafamento de vários quilômetros (PERFIL NEWS, 21/6/2013).

Da parte da empresa, promessas, as mais convenientes, para cessar a greve, como a da instalação de aparelhos de ventilação dentro de 4 meses e expansão da capacidade do refeitório em 30%, em 6 meses. Os prazos foram alongados com o fito de ganhar fôlego ante outras presumíveis reclamações, para caçar descontentes e desviar as objetivas da imprensa – como se verá.

Como esse foi o período de maior contratação, a greve mobilizou pouco mais de seis mil pessoas.

No primeiro dia do gradual retorno, em 4 de julho de 2013, segundo os informantes do *establishment*, e contados exatos 17 dias do princípio da interrupção, ganhou ênfase a nota de os dez ônibus da empresa Breda transportarem exclusivamente o segmento administrativo e essencial¹², a assinalar que o *quantum* de veículos em circulação não ultrapassava os 10% da fase antecedente à paralisação.

Simultaneamente à antecipação da manchete do retorno dos grevistas e para iniciar a perseguição aos líderes oposicionistas, visando manter subliminar ou até escancarada a simbologia da repressão, o Argos burguês direcionava os seus cem olhos para os “agitadores” identificar e punir.

Em nome do gigante, dois líderes da comissão operária foram “reconhecidos” por policiais infiltrados no movimento (P2), restando detidos no presídio de segurança média municipal para serem, posteriormente, “ouvidos” pela Polícia Federal e julgados pelas autoridades “competentes” (CAPITAL NEWS, 2/7/2013; RÁDIO DIFUSORA, 18/6/2013)¹³.

Em comunicado oficial, para despistar a retaliação dimensionada aos integrantes do movimento por motivo da demissão dos líderes e de mais de duas centenas de trabalhadores, compostas, na maioria, por nordestinos oriundos de Piauí, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Norte, a empresa decidiu deslocá-los para Campo Grande com a finalidade de efetivar exames médicos e tomar os procedimentos demissionários cabíveis, multiplicando lá os desaforos e o ritmo do espezzinhamento (como se viu com o desalojamento dos hotéis, após três dias contados de estada na capital, efeito da não cobertura das diárias pela empresa, que ainda reteve carteiras de trabalho e omitiu esclarecimentos sobre a forma de liquidação dos direitos trabalhistas, ignorando reclamações de descontos suspeitos, entre excessos que comprovavam que a vingança, pela ousadia da discrepância, vinha a galope). Despejados, aborrecidos com o não pagamento dos dias trabalhados e com a deleção dos benefícios, sem receber alimentação da empresa no período em que permaneceram na capital sob os seus “cuidados”, os trabalhadores ganharam amparo da Fetricom, do Sintracom e, em particular, fraterno abrigo da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS, 5/7/2013).

¹² Como parcial, sutil e desavergonhadamente propagandeou a empresa MS Record (5/7/2013), que, não sendo feito “biológico”, parece ter apenas o *ouvido direito* funcionando em perfeitas condições.

¹³ Os acusados restaram detidos por duas semanas. Um deles dizia-se inocente e culpava os representantes da UFN pelo incêndio dos ônibus... No fundo, na sociedade do simulacro e do espetáculo, apurar fatos está cada vez dificultoso, pois a verdade é a cada dia mais escorregadia: no país inteiro a prática da plantação de “provas” e “escolha” de pretensos culpados pela polícia tem-se tornado comum, quer para mostrar “serviço” à sociedade, quer para desanimar movimentos sociais e reanimar a burguesia – como se viu nas “revoltas de junho” de 2013, cujos abusos foram fartamente filmados pelas mídias alternativas.

Passadas mais de duas semanas de paralisação, as informações eram de que 370 funcionários haviam sido desligados, com 119 demissões e 251 pedidos de baixa na carteira, ao que foram aditados outros 22 do quadro funcional, despedidos, como medida punitiva, por agirem como “líderes” do movimento (TRIBUNA MS, 5/7/2013)¹⁴.

O interesse da empresa, não fosse a resistência, era de que as demissões passassem ao largo do direito indenizatório.

Os traços da geografia local delataram, pois, a profundização da flexibilização toyotista, seja na ótica social e trabalhista, seja nas normativas ambientais, ou ainda no pertinente à teia política e jurisdicional. A evidenciar que o Estado, cultuado por muitos “neodesenvolvimentistas” hodiernos como o cardeal regente do capitalismo industrial de tipo tardio, nesse canto neoliberal da periferia, procede como sonegador e transgressor de regras e direitos quando é a camada social menos favorecida quem está na ribalta, aquela que, dia após dia, segue espezzinhada pelos gigantes globais, inclusive os que nasceram nessas bandas e que, metaforicamente, sob juras ao deus Capital, trocam de chão e de camisa, quando conveniente, para prosseguirem deitados “eternamente em berço esplêndido”, o berço do lucro a todo custo...

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Independentemente do tamanho da corporação ou mesmo de seu capital político e econômico, tende a ser apequenado o espaço de direitos e prazeres do trabalhador, sobretudo nessa época em que o esfacelamento dos direitos trabalhistas serve de pseudorremédio a vícios como os da financeirização desregrada e da maquinização acelerada.

Realidade comum a todo o país, o empregado é mal remunerado e, em Três Lagoas, em que pese a feição nominal do salário aparentar, à primeira vista, deter maior generosidade, a situação é empiorada pelo alto custo de vida e pelas ínfimas condições estruturais proporcionadas pela empresa, para poderem conviver como cidadãos, como sujeitos com direitos a passeios, viagens, ócio e lazer apropriados.

Como estão praticamente segregados pelo fator geográfico da distância dos alojamentos da UFN para com o centro da cidade (consequência, na verdade, da variante *técnica*, que traz em seu bojo a questão da falta de vontade *política*.) e desprovidos de ônibus em

¹⁴ Outra fonte afiança a demissão de 578 funcionários (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 4/7/2013). A contagem é variada, inclusive por decorrer de um processo nem sempre rápido: o de identificar e punir os que lutaram pela preservação dos direitos trabalhistas e pela dignidade da pessoa humana.

horários e quantidade satisfatórios para exercerem o direito de ir e vir e esquecerem, provisoriamente, o trabalho abstrato que tanto estafa (por conta do monopólio irrestrito e escuso que vigora no precário setor do transporte público municipal), os labutadores experimentam dificuldades até para confraternizarem entre si, pela estreiteza do rendimento, prejudicados, pois, no desfrute de um churrasco ou noutra modesto lazer que suavize as agruras do dia a dia, entre outras coisas pelos laços de sangue e de obrigações, prazeres e esperanças, que mantêm com os que ficaram nas regiões de origem. Todos, de uma ou outra maneira, apartados em demasia, reféns do marasmo e do isolamento para com os munícipes e os familiares.

São esses os sinais das pegadas do gigante que se aproxima para fincar morada. Esse, o cartão de visita. Nem bem chegou, ganhou presentes, destratando residentes e empregados, “dominando já o pedaço”.

Ingenuidade acreditar em algo diferente, simplesmente por tratar-se de um projeto industrial aprovado por um governo dito socialdemocrata, levado a cabo por uma empresa estatal que deveria prestar-se de exemplo. E a inocência está precisamente na cegueira perante o fato de a lógica privada governar também a corporação pública, refém de acionistas e das leis do mercado, sedenta, por exemplo, por isenções fiscais (não fosse privada em alguma medida e totalmente pública, o governo desoneraria a si mesmo nessas operações, em todos os níveis políticos e territoriais). Como recompensa às variegadas vantagens, que vão da doação de terrenos a desobrigações fiscais, e para tentar fechar por mais algum tempo a caixa de pandora da recessão e da pobreza generalizada, doam-se, em seguida e propositalmente, alguns milhões de reais para os chamados “projetos sociais” locais. Nada mais providencial, para o capital: lucro sob a carapaça da preocupação socioambiental. (Na sociedade do espetáculo, o parecer oculta os reais sentidos do fazer e ser.)

A estatal, uma transnacional do petróleo, busca tão só diversificar investimentos. Utiliza, para isso, um processo geográfico interescalar, tecido entre o eixo local do empreendimento, a envergadura transnacional da empresa e a origem primordialmente extrarregional da força de trabalho, combinando condições que, em meio às forças da globalização *por cima* e os ventos do neoliberalismo, obstaculizam a consumação da superestimada glocalização, descolorindo, em outras palavras, o cartão postal que preza pela valorização das características culturais e populacionais locais/regionais em meio aos projetos burgueses.

Capturados pelo capital, os sindicatos – ou a maior parte deles – curvam-se a esse tipo novo de regulação espacial, a que, não esfacelando em demasia o formato institucional,

envenena profundamente o seu conteúdo, como, explicitamente, a sua relação com o poder jurídico estatal. Convém observar que a investidura é tão extensa que as entidades, em não poucas ocasiões, têm questionada a sua razão de ser pelos próprios trabalhadores, que criam, no dia a dia da luta, protótipos novos de contraespacialidades e heterotopias alternativas, mais informais e desburocratizadas, surgindo e desaparecendo conforme a necessidade e onde a reunião ao re-existir se mostre possível e imprescindível.

Não importa que os trabalhadores, fonte e *centro* do labor abstrato e de toda riqueza socialmente possível, sigam estereotipados, como os descontentes e malditos, os ingratos que – diriam os socorridos pelos economistas burgueses clássicos – não servem nem para reconhecer a importância do agente capitalista em suas vidas. Uma ofensiva comprovada, aliás, pelo engrossamento de listas “suja” e “negras” de trabalhadores, criadas pela classe patronal com o objetivo de ampliar o sindicalismo conciliador, bombardear aquele combativo e, em preciso sendo, germinar ideias e práticas antissindicais no território nacional, amplamente avessas à contratação de “trabalhadores-problemas”, para que avance, numa feliz expressão de Oliveira (2014), a reprodução dos “territórios terceirizados”. Tudo para eliminar a tradição combativa, juntamente com os que têm por hábito mover ações judiciais contra firmas ou permanecer por pouco tempo no emprego, visando a benefícios assegurados por lei¹⁵.

Como bem ponderou Marx, a farsa sucede a tragédia. Supre o engano, a mentira.

Quem sabe tenha isso um pouco a ver com o que vivenciamos hoje: ontem os economistas burgueses instituíam o capital no cerne do social, ou ao menos em posição de igualdade com os demais fatores produtivos (o que outorgaria o justo direito burguês ao lucro e, ao trabalhador, o justo salário). Hoje, entretanto, valendo-se de uma imensa gama de feitiços sociais (máquinas, robôs, equipamentos, bens materiais, finanças e mandamentos institucionais), argumentam os apóstolos do deus Capital que, ao invés da justa igualdade e peso entre os fatores produtivos, trabalhadores no meio, encontra-se a ciência no centro do ser social, devendo o trabalhador, reposicionado no tabuleiro da equação, suplicar a Deus pelo milagre do emprego. O que queremos dizer com isso, em miúdo, é que o interesse nuclear, conforme o que *cultiva* (cultura) o capital, é pela minoração do papel do empregado e elevação do fator Capital, em suas múltiplas facetas (científicas, tecnológicas, juslaborativas etc.),

¹⁵ São comuns pesquisas sobre o trabalho abstrato, como a acusação patronal de haver ampliação da indisposição do trabalhador à lide. Ideologia ou oportuno objeto de estudo? Há possibilidade de o mal estar da civilização do trabalho abstrato procriar uma parcela crescente de trabalhadores descontentes e pouco afeitos ao labor? O *trabalho abstrato* estaria a gerar uma fuga proposital e irremediável dos empregados dos postos de trabalho para múltiplas direções (assistencialismo etc.), em especial a uma modalidade de *ócio abstrato*, por que improdutivo, mercadológico e desrealizante? A reflexão é pertinente, ainda que para desmistificar a tese burguesa supracitada, que no fundo, guarda relação com a ideologia da preguiça, tão presente na literatura ordinária.

visando apavorar a classe explorada com imagens de que o pior está por vir, se se opuser e resistir.

Apesar de canção antiga, musicada por maestros do *establishment*, os trabalhadores fogem do tom e balbuciam algo próprio, com euforia, autoria e autoridade de classe particular.

Todavia, eles seguem migrando, lutando, batendo e apanhando, aprendendo e ensinando, em alojamentos, avenidas, praças¹⁶ e instituições selecionadas momentaneamente como protocontraespaços de externalização da indignação e como *topos* da esperança, de quem espera, corre atrás e, diria a melodia, “faz a hora”.

Segundo a assessoria da Petrobras, 7,5 mil trabalham na UFN III no primeiro quadrimestre de 2014. Restará menos de um décimo disso em outubro deste ano, na data oficial prevista para a unidade começar a operar em nível comercial¹⁷.

Para santificar o embuste, dissemina-se a prerrogativa do autoabastecimento alimentar, que garantirá, supostamente, no futuro próximo, mesa farta e colorida aos brasileiros – ardil parecido com aquele transmitido pelas transnacionais da transgenia, de que o caminho ao solucionamento da questão da fome atravessa as pontes da genética e da quimização do agronegócio.

Isso quando não menosprezam a informação de que a greve de junho de 2013, a mais radical das três, teve, ao final, apenas 5% do efetivo dispensado, como expeliu certa mídia despudorada. É como se, na visão do gigante, míope e destemperado, a greve do obreiro fosse um passatempo, uma agitação fortuita e sem base empírica razoável e como se a continuidade no emprego confirmasse o júbilo imanente.

A repressão, nas frentes física e metafísica (no estômago, na mente e na nuca), os obrigava a ser cordatos. Ao contrário disso, porém, buscam e conquistam pequenas vitórias, pois sentem e ressentem, calam-se e gritam, aquietam-se e se agitam, conforme a situação, a precisão. O pesadelo dos trabalhadores é real e duradouro, não podendo, assim, como um sonho ou uma aventura passageira, ser esquecido, como quer a ala patronal e propala o seu

¹⁶ Intuindo sobre a negligência do poder público, estima-se que 500 trabalhadores da UFN III, na primeira semana de julho de 2013, ocuparam a praça central do município, sem locais definidos para comer ou dormir. Com a imagem transplantada ao coração cidadão, a prefeita comprometeu-se em mediar o impasse junto à fábrica (A TRIBUNA NEWS, 3/7/2013). A ocasião serviu de plataforma para a emissão de novas promessas empresariais, pois a forra estava sendo preparada para Campo Grande, onde os ex-funcionários só não foram para a praça pelo acolhimento recebido dos trabalhadores da educação.

¹⁷ Os trabalhadores negam que a fábrica possa ser inaugurada em 2014: “A obra está cruzinha, ainda têm muitos prédios para serem construídos, têm muita área ainda na terraplanagem. Isso é obra do governo, é assim mesmo, tudo demorado. Eles podem até inaugurar no final do ano e depois continuam a obra” (JORNAL DO POVO DE TRÊS LAGOAS, 1/3/2014). A cartilha, “não oficial”, da construção civil nacional tem mesmo essa ótica, entre outras coisas porque a demora é um dos maiores trunfos para o inflacionamento.

braço midiático¹⁸. Os trabalhadores estão simplesmente silenciados, momentânea e geograficamente, esperando e esperançando pela brecha da mudança de conteúdo do tempo e do topos... (E o mal estar do trabalho e também do ócio abstrato, dito antes, podem ser sinais do que está por vir)

Seguem, por ora, suportando as decisões unilaterais de juizes consorciados ao poder econômico, que nada fazem quando os descumpridores dos acordos *legais* são os poderosos. Aturam o desdém retardado e retardatário de caciques políticos autóctones, que emergem no tablado quando os protagonistas já ocuparam o teatro geográfico público nucleal (praças), povoado nos períodos dos comícios politiqueros. Paralisam os fluxos do capital e das pessoas (rodovias) exatamente para transmitir o curto-circuito da relação capital/trabalho. Tomam os pontos citadinos nodais para negar a literal marginalidade socioterritorial (alojamentos, tratamentos etc.). Queimam refeitórios acanhados e repudiam a débil nutrição, por que destinada a quem muito labuta e parcamente descansa e que, ao lado da ausência de comunicação com a família que justifica as desventuras pelo país, padecem cotidianamente com a mingua da alma, junto com a do corpo. Podem até ter os corpos transitoriamente encarcerados (líderes, “cabeças”). Todavia, o espírito classista, por vezes adormecido, segue ainda livre, manifestando-se sempre que a concretude política e psíquica o exigir, contra tudo e contra todos os que se sentam confortavelmente no lado direito do ombro do gigante.

A essência podre, por ora, permanece hegemônica, secreta até: a de que a pequenez humana por megaprojetos economicistas como esse, tende unicamente a aprofundar a barbarização social e a quimização do território, intensificando as sequelas características à geografia do capital¹⁹, com o Homem tendo de trabalhar sempre mais e em piores condições, vivendo e morrendo com os venenos do *agronegócio*, e para nada mais fazer que plantar doenças futuras que, por sua vez, nutrirão indústrias como as da desfertilização, fome, miséria e morte, desdizendo a todos os discursos dos gigantes de pedra.

REFERÊNCIAS

¹⁸ A contradição a tudo permeia. Todavia, ao inverso dos ideólogos hegemônicos que tentam impor a ideia da mídia como a instituição que apenas *media*, precisamos, ontologicamente, compreendê-la como o braço, institucionalizado, que pertence e projeta o poder instituído. A mídia extra ou antiburguesa, ficando no *meio*, será atropelada nos momentos e lugares em que a instabilidade for considerada luxo para essa cambaleante democracia.

¹⁹ Extensificam-se, pelo país, cultivos de cereais voltados para encher estômagos de máquinas, como, p.ex., a produção de etanol a partir do arroz (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/1/2013).

BNDES aprova R\$ 2,2 bilhões para fábrica da Petrobras. **Revista Exame**, 19 de dez. 2012 (<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bndes-aprova-r-2-2-bilhoes-para-fabrica-da-petrobras-4/>).

BOMBEIROS ainda trabalham para apagar incêndio em SC. **O Estado de São Paulo**, 26 de set. 2013 (<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bombeiros-ainda-trabalham-para-apagar-incendio-em-sc,1079150,0.htm>).

CANTEIRO de obras da fábrica está parado há 10 dias. **Campo Grande News**, 24 de jan. 2013 (<http://www.campograndenews.com.br/cidades/empregos/canteiro-de-obras-de-fabrica-esta-parado-ha-10-dias-em-tres-lagoas>).

CONSÓRCIO UFN3 demite grevistas e aceita também os pedidos de demissões voluntárias. **Tribuna MS**, 5 de jul. 2013 (<http://www.tribunams.com.br/consorcio-ufn3-demite-grevistas-e-aceita-tambem-os-pedidos-de-demissoes>).

CONSÓRCIO UFN-3 demite quase 600 trabalhadores. **Jornal do Povo de Três Lagoas**, 4 de jul. 2013 (http://www.jpdl.com.br/?pag=ver_noticia&id=59898).

CONSÓRCIO UFN3 divulga nota de esclarecimento sobre a greve dos trabalhadores. **Perfil News**, 18 de jan. 2013 (http://www.perfilnews.com.br/base/www/perfilnews.com.br/media/attachments/157/157/50f982fa3b05ef24a64beb1ac3f2f9adf3e781aa6477b_comunicado-externo-03.pdf).

CONVOCADOS em assembleia pela Fetricom, ligada a CUT e pelo Sintricom, sindicato da categoria. **Rádio Difusora**, 18 de jun. 2013 (<http://www.difusora1250.com.br/tres-lagoas/2013/06/18/30502/alegando-quebra-de-acordo-trabalhadores-da-ufn3-entram-em-greve-por-tempo-indeterminado.html>).

DETERMINAÇÃO judicial encerra greve na fábrica de fertilizantes. **Bolsão MS**, 20 de jun. 2013 (http://www.bolsaoms.com.br/noticias/tres_lagoas/determinacao_judicial_encerra_greve_na_fabrica_de_fertilizantes).

DILMA assina protocolo para implantar fábrica amônia e gasoduto em Uberaba (MG). **Portal Brasil**, 16 de mar. 2011 (<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/03/dilma-assina-protocolo-para-implantar-fabrica-de-amonia-e-gasoduto-em-uberaba-mg>).

DOS seis mil trabalhadores, 5% foram desligados do Consórcio UFN3 em Três Lagoas. **MS Record**, 5 de jul. 2013 (<http://www.msrecord.com.br/noticia/ver/97717/dos-seis-mil-trabalhadores-5-foram-desligados-do-consorcio-ufn3-em-tres-lagoas>).

EMPREGO de mão de obra local garantido. **Correio de Três Lagoas**, 21 de dez. 2010 (<http://www.correiodetreslagoas.com.br/noticia.php?id=17>).

FETEMS apoia a luta dos trabalhadores da construção civil de Três Lagoas. **FETEMS**, 5 de jul. 2013 (<http://www.fetems.org.br/novo/nw.php?nw=5357>).

GOVERNO entrega Licença Prévia para fábrica de fertilizantes. **JusBrasil**, 16 de out. 2010 (<http://gov-ms.jusbrasil.com.br/politica/6267665/governo-entrega-licenca-previa-para-fabrica-de-fertilizantes-da-petrobras>).

GOVERNO entrega Licença Prévia para fábrica de fertilizantes. **Capital News**, 16 de nov. 2010 (http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=202577&ed=Meio%20Ambiente&cat=Not%EDcias).

GOVERNO federal isenta fábrica da Petrobras em MS de tributos fiscais. **Capital News**, 12 de abr. 2011 (http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=210332&ed=Economia&cat=Not%EDcias).

GREVE vitoriosa retoma construção da fábrica de fertilizantes da Petrobras em Três Lagoas-MS. **CUT Brasil**, 28 de jan. 2013 (<http://www.cut.org.br/destaques/22900/greve-vitoriosa-retoma-construcao-da-fabrica-de-fertilizantes-da-petrobras-em-tres-lagoas-ms>).

GREVISTAS fecham avenida de TL e registram denúncias no MPT contra consórcio UFN3. **Hoje Mais**, 26 de jun. 2013 (<http://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/grevistas-fecham-avenida-de-tl-e-registram-denuncia-no-mpt-contr-consorcio-ufn3>).

O COMPLEXO da Petrobras do município será o terceiro do gênero da estatal no país. **Perfil News**, 11 de fev. 2011 (<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/governador-assina-convenio-que-autoriza-fabrica-da-petrobras-em-tres-lagoas>).

OBRA da construção civil deve começar em setembro. **Agora Campo Grande**, 13 de ago. 2011.

OBRAS da fábrica da Petrobras em Três Lagoas começam em maio. **Capital News**, 23 de fev. 2011 (http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=207899&ed=Pol%EDtica&cat=Not%EDcias).

OLIVEIRA, A. L. A. **Aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado: em busca dos “territórios terceirizados”**. Três Lagoas: UFMS, 2014 (Dissertação, Mestrado em Geografia).

OPERÁRIOS estão divididos: uns querem trabalhar, outros querem greve. **Perfil News**, 21 de jun. 2013 (<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-da-ufn-iii-bloqueiam-a-br-158>).

PAC 2 confirma fábrica da Petrobras em Três Lagoas e mais cinco projetos para o Estado. **Capital News**, 30 de mar. 2010 (http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=89858&ed=Economia&cat=Not%EDcias).

PEÇA gigante aguarda liberação da Marinha para iniciar viagem. **CGN**, 13 de ago. 2013 (<http://cgn.uol.com.br/noticia/61242/peca-gigante-aguarda-liberacao-da-marinha-para-iniciar-viagem>).

PETROBRAS garante operação da fábrica de fertilizante. **Jornal do Povo de Três Lagoas**, 1 de mar. 2014 (http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=65668).

PETROBRAS recebe sinal verde para fábrica de fertilizantes em MS. **O Estado de São Paulo**, 22 de fev. 2011 (<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-negocios,petrobras-recebe-sinal-verde-para-fabrica-de-fertilizantes-em-ms,56109,0.htm>).

PIB de Três Lagoas crescerá 300%. **Correio do Estado**, 14 de ago. 2013 (http://www.correiodoestado.com.br/noticias/pib-de-tres-lagoas-crescera-300_85783/).

PREFEITA recebe grupo de trabalhadores do consórcio UFN-3. **A Tribuna News**, 3 de jul. 2013 (<http://www.atribunanews.com.br/cidades/tres-lagoas/prefeita-marcia-recebe-grupo-de-trabalhadores-do-consorcio-ufn-3>).

RIBEIRO, J.C. O (não tão branco) mundo do trabalho do setor celulósico-papeleiro. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente: CEGeT/Unesp, vol. 13, n° 2, p. 83-101, dez. 2012 (<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2024/1921>).

_____. *A expatriação de excedente pelo lucroduto da inforrede*. Três Lagoas, 2014 (mimeo).

RIO Grande do Sul terá usina de arroz para produzir etanol. **Folha de São Paulo**, 11 de jan. 2013 (<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/1213148-rio-grande-do-sul-tera-usina-de-arroz-para-produzir-etanol.shtml>).

TRABALHADORES da UFN3 queimaram parte do alojamento após protestos na BR-158. **Capital News**, 2 de jul. 2013 (http://www.capitalnews.com.br/ver_not.php?id=250016&ced=Tr%EAAs%20Lagoas&cat=Not%EDcias).

TRÊS LAGOAS é referência nacional em geração de emprego e renda. **MS Record**, 15 de jun. 2013 (<http://msrecord.com.br/noticia/ver/96673/tres-lagoas-e-referencia-nacional-em-geracao-de-emprego-e-renda>).

TRÊS LAGOAS (MS): trabalhadores da área de fertilizantes nitrogenados terão piso de R\$ 1.177. **Força Sindical**, 23 de abr. 2012 (http://www.fsindical.org.br/portal/noticia.php?id_con=19127).